

# DOSSIÊ REFERENDO NA COLÔMBIA: Votando contra a paz na Colômbia

Fonte: [CounterPunch](#) – 31/10/16 – Tradução: Charles Rosa

Aqueles de nós que estudam como acabar com as guerras em vez de encontrar novas formas de processá-las devem ficar atordoados, como muitos colombianos, com um voto popular no dia 2 de outubro que rejeitou o acordo de paz entre o governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Ninguém previu que depois de mais de cinco décadas de luta e mais de 200.000 mortes, um acordo de paz que levou seis anos para ser concluído seria rejeitado. É uma lição de como o poder da emoção – a vingatividade, especificamente – e o interesse próprio estreito podem superar o bom senso. A percepção geral dos observadores é que os eleitores que sofreram com a guerra civil queriam ver os rebeldes das FARC punidos em vez de “recompensados” com a oportunidade de reintegrar a sociedade civil e até mesmo ter um número garantido de assentos no congresso nacional.

A maioria das guerras civis acaba da mesma forma que a da Colômbia – com um lado gravemente ferido e disposto a desarmar-se sob um cessar-fogo, desde que o governo prometa assistência para que os soldados rebeldes possam reintegrar-se na sociedade civil. As negociações para chegar a um tal acordo são tipicamente árduas e, muitas vezes, parecem estar à beira do fracasso. Os ressentimentos de longa data ressurgem uma e outra vez, e é uma homenagem aos negociadores o fato de terem conseguido chegar a qualquer acordo substantivo. Assim, foi com grandes expectativas que se chegou a um acordo, e a decisão do presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, de o submeter a um voto popular mostrou a sua confiança em que os cidadãos cansados da guerra o aceitariam. Cinco dias depois da

votação, ele foi recompensado por seus esforços com o Prêmio Nobel da Paz.

Que os colombianos não endossaram o acordo evidentemente deve muito aos políticos que fizeram campanha pelo “não”, incluindo o ex-presidente Álvaro Uribe, cujo pai foi morto pelas FARC. Ele argumenta que o acordo de paz é muito brando com os líderes das FARC, permitindo que eles evitem a prisão apenas confessando seus crimes e prometendo fazer a restituição às vítimas. Essencialmente, os membros das FARC teriam recebido o mesmo poder legal para processar as autoridades do governo colombiano e vice-versa, disse um observador que se opõe ao acordo de paz. O acordo rejeitado também teria protegido da prisão um número desconhecido de guerrilheiros das FARC por tráfico de drogas, recrutamento de crianças-soldados e outros crimes. Os muitos milhares de pessoas cujas famílias foram diretamente afetadas pelos assassinatos e sequestros das FARC obviamente concordaram.

O voto no “não” (50,2 por cento a 49,7 por cento) também pode ser atribuído ao fato bizarro de que apenas 38 por cento dos eleitores elegíveis votaram. Talvez esta tenha sido uma situação semelhante à do Brexit, em que muitas pessoas se mantiveram afastadas das urnas no pressuposto de que um voto “sim” era bastante certo. Mas os eleitores do “não” estavam bem entrincheirados, incluindo não só o partido de Uribe, mas também “a maioria das igrejas, o ELN [o Exército de Libertação Nacional, a segunda maior força guerrilheira], setores empresariais... . . ., e a maioria dos proprietários de terras, que eram todos contra as mudanças propostas”. Os grupos de direita não só consideraram o plano de paz do presidente Santos brando com as FARC, como também se opuseram ao seu apoio aos direitos dos homossexuais, às reformas da política agrária e ao investimento no desenvolvimento rural.

Foi sob o governo de Uribe, não por acaso, que os EUA se tornaram um dos principais participantes na guerra civil da Colômbia. Sob o “Plano Colômbia”, os EUA forneceram aos

militares colombianos armas avançadas (como helicópteros Blackhawk) e inteligência (sob um programa secreto da CIA de vários bilhões de dólares) que aumentou a violência e dizimou as fileiras das FARC. Um líder das FARC é citado dizendo que enfrentou “uma intervenção internacional e teve um preço”. Seguiram-se as mortes civis e o deslocamento de cerca de sete milhões de pessoas, causado em grande parte por esquadrões da morte de direita sancionados oficialmente.

Algumas autoridades norte-americanas acreditam que a intervenção “salvou” a Colômbia de uma guerra civil sem fim, forçando as FARC à mesa de negociações. Isso dificilmente é um argumento a favor da paz; o voto “não” foi na verdade uma derrota para a política de paz dos EUA através da guerra. O Plano Colômbia foi, em grande medida, responsável por destruir, seja através de mortes ou deslocamentos, as vidas de cerca de 15% da população total. Agora os EUA apoiam um acordo negociado, mas ainda mantêm as FARC na Lista de Organizações Terroristas Estrangeiras do Departamento de Estado. O governo de Santos e as FARC concordaram em continuar um cessar-fogo até 31 de dezembro.

Podemos esperar que as partes sejam guiadas pela necessidade de reabilitação e reconstrução, em vez de vingança pela paz, em vez de justiça retributiva.

Como disse o presidente Santos, “Fazer a paz é muito mais difícil do que fazer a guerra porque é preciso mudar os sentimentos das pessoas, das pessoas que sofreram, para tentar persuadi-las a perdoar”.